

# JORNAL meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 22°C  
Mínima: 22°C

ANO XXII - Nº 8986 - TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00  
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

## ARTIGOS

# Um foco de luz sobre as mulheres

**LILIAN MARTINS**

CONSELHEIRA CORREGEDORA DO TCE/PI

O Dia Internacional da Mulher não é dia romântico, nem dia de dar só flores. É dia de valorização e reconhecimento de conquistas importantes, mas também de perceber que a desigualdade entre os sexos masculino e feminino, que é mais construção social do que biologia contínua. A faceta mais cruel disso talvez ainda seja a da violência doméstica e familiar e a do seu não reconhecimento.

É engraçado o espanto provocado por aquilo que as mulheres conquistam ou pelo que lhes acontece de bom, pois isso me parece apenas natural. Não deveria ser inusitado mulher administrar sua vida, ser parceira do seu homem em vez de inimiga, ser apoio e alegria dos filhos em lugar de complicador, ser boa profissional se for a sua escolha, etc. Mas sua saída da sombra ainda causa perplexidade, e com essa "nova mulher" (termo de gosto duvidoso), os bobos se assustam. Muitas ainda são educadas para a inaparencia e têm medo até de parecerem inteligentes e fortes.

Mesmo com limitações, a História nos reserva (e esconde) exemplos brilhantes, de mulheres que não esperaram o tempo passar e arregaçaram as mangas, interferindo nas circunstâncias e no destino. Mulheres sempre adiante das horas, como se o relógio do tempo que as embalasse permitisse que elas enxergassem

o agora o que outros só perceberiam mais tarde. Elas desafiaram padrões, precipitaram os acontecimentos.

Estamos em um momento de nova iluminação. Podemos e devemos nos pensar primeiro como pessoas, depois como homens e mulheres. Conquistar espaço não é sinônimo de ter igualdade, pois o século XX foi o de maior avanço das mulheres e no Brasil, 20 milhões delas entraram na população economicamente ativa em duas décadas, entretanto, as mulheres ainda fazem mais jornadas, ganham menos e, sobretudo, ainda são preteridas na hora da promoção a cargos de maior poder e prestígio. Os dados indicam que a ascensão profissional das mulheres é um caminho bem mais tortuoso do que se imagina.

1 - Não ser e o tempo – ainda não houve tempo para as mulheres galgarem posições no mundo corporativo, vencer resistências, quebrar estereótipos, pois tudo isso faz parte de um processo.

2 - Maternidade – não se tem uma sólida retaguarda.

3 - Não querer e não poder – os resultados profissionais das mulheres refletem suas escolhas pessoais e parte das vezes se atribui injustamente à discriminação.

4 - Diferenças – para o homem, poder é autoridade, medida por títulos, benefícios e salário; para a mulher, poder é influência. A mulher que tenta mostrar vários talentos e assumir uma responsabili-

dade sem autoridade, é um grande risco.

É importante destacar o cenário da sub-representação das mulheres no executivo, no judiciário e no legislativo mundial. Embora essa realidade atinja quase todos os países, o Brasil ocupa uma das piores posições no ranking político. Cumpre ressaltar que a política representativo-partidária é somente uma das faces de atuação, – canal privilegiado e porta de entrada, mas também com a mesma importância, tem-se a política participativa no âmbito da Sociedade Civil Organizada.

Fatores que contribuem para que haja o crescimento na participação das mulheres em todos os contextos é a ruptura com elementos da cultura patriarcal que reserva o espaço público basicamente aos homens e a descoberta de que o enfrentamento às desigualdades competitivas de gênero, como jornada de trabalho, pode ser uma ação gratificante e transformadora da sociedade; Difícil, entretanto dimensionar o que é mais adverso.

Há homens e mulheres que brilham os olhos diante de um projeto coletivo, altruista, fundado no desejo de mudança de país marcado pela concentração de renda e de poderes. As mulheres não se encontram ainda em uma das faces do tabuleiro de xadrez, como protagonista, partilhando da estratégia elaborada. O mercado e os grandes projetos andam perdendo sua determinação, seu olhar, e sua capacida-

de de alterar realidades. Não ter mulher na gestão/comando que represente a visão de quem toma a decisão, influencia ou controla, faz com que na ponta, onde o consumo pela mulher em todos os sentidos é maior, é um erro.

Não vislumbro diferenças significativas entre a capacidade gerencial do homem e da mulher. Entendo inclusive que o sucesso de uma gestão está mais intimamente ligado ao compromisso e à vontade de fazer o melhor. Nosso aprendizado não pode ser confundido com adaptação pura e simples. Vejo o caminho da preparação pessoal, privado, afetivo, acadêmico, público, conhecimento acumulado que as mulheres vem percorrendo, gotejando postura de quem joga o jogo de xadrez. Atentem a respeito dessas bandeiras e do alerta: sem elas não há democracia!

O mês de março é de conscientização da importância da mulher em todos os contextos da vida, economia, trabalho, representação política, educação na sociedade, enfim e principalmente, na família. As questões complexas sobre elas são postas de um ponto de vista conservador, preconceituoso. Empoderar tem estreita relação com a participação e cidadania e nossa autopercepção é base para o empoderamento necessário para a equidade de gênero. É uma delícia ver mulheres abrindo caminho no tempo e mostrando que outra realidade é possível!

NESTA QUINTA

# TCE-PI votará relatório sobre subconcessão

O Governo do Estado ampliou as discussões sobre o processo de subconcessão dos serviços de água e esgoto na capital em audiência pública realizada na terça-feira, dia 07 de março, no Plenário da Assembleia Legislativa. A discussão proposta pelo deputado estadual Gustavo Neiva (PSD) contou também com a partici-

pação de representantes dos servidores da Agespisa. Durante o diálogo, os técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) indicaram que o relatório com a análise da licitação deverá ser apreciado na quinta-feira, dia 09 de março, no Plenário do órgão. "Nossas conclusões foram apresentadas ao Tribunal, de modo que essa

discussão ficou agora para o dia 9, quinta-feira, no Plenário. Vai ser discutido no Plenário, no Ministério Público de Contas e com as empresas que participaram", indicou o auditor Henrique Maggi.

Na ocasião, o técnico do TCE-PI, Bruno Camargo, apontou os principais pontos do relatório produzido pelo ór-

gão, sintetizando para a recomendação de que sejam desconsiderados alguns atestados apresentados pelas empresas na fase de análise técnica. A superintendente de Parcerias e Concessões, Viviane Moura, enalteceu o trabalho do órgão de contas, destacando a legalidade do processo de licitação. (F.T.)

Página 3. Editoria de Política

## TEM QUE PARCELAR

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) alertou os prefeitos e gestores dos fundos previdenciários dos 63 municípios piauienses que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para a necessidade urgente de fazerem o parcelamento das dívidas dos sistemas previdenciários e adotarem outras medidas para regularizarem os recolhimentos e os repasses da Previdência nos municípios. O alerta foi dado pela Comissão Permanente de Fiscalização e Controle do RPPS, durante reunião realizada na Escola de Gestão e Controle (EGC). O encontro reuniu 47 prefeitos e os gestores dos fundos previdenciários dos 63 municípios que têm o RPPS. A presidente da Comissão do RPPS, conselheira Lilian Martins, destacou que 80% dos municípios com RPPS têm dívidas que ameaçam inviabilizar o regime próprio de Previdência. Há municípios, como Floriano, que devem mais de R\$ 11 milhões. Piri-piri acumula débitos de R\$ 10,750 milhões; Campo Maior e Altos devem mais de R\$ 8 milhões, cada. O encontro objetivou orientar os gestores a procederem corretamente para repassarem os valores devidos aos fundos. Os municípios têm de informar ao TCE-PI os parcelamentos e o recolhimento regular dos repasses previdenciários dos servidores, conforme determina a resolução 27/2016. O descumprimento da medida sujeita os gestores a multa, bloqueio das contas e outras penalidades.

### Frase:

“

**São dívidas altíssimas que comprometem seriamente a gestão do RPPS nos municípios. Mas há alternativas”,**

disse a conselheira Lilian Martins, ao defender o parcelamento dos débitos previdenciários nos municípios do Piauí



# DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

Dia da  
Mulher  
EDIÇÃO  
ESPECIAL

## ESCLARECEDORA...

Foi produtiva e esclarecedora a Audiência Pública realizada ontem na Assembleia Legislativa para discutir o problema da subconcessão de água e esgoto em Teresina. Muita gente e muita conversa.

## ...MAS

Não resolveu absolutamente nada. Duas gigantes brigam pela licitação – Águas do Brasil e EGEA. A vencedora está com pendência em Ribeirão Preto, por isso, tem dificuldade de pegar certidões. Já a segunda colocada não garante o item de produtividade exigido no edital

Coluna Pedro Alcântara. Página 4

## SUBCONCESSÃO

# Sindicato pede nulidade da licitação ao TCE-PI

O sindicato dos Engenheiros do Piauí ingressou com uma denúncia no Tribunal de Contas do Estado (TCE) para anular a licitação da subconcessão dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa) na zona urbana de Teresina. A informação foi dada pelo presidente do sindicato da categoria, engenheiro Florentino Sousa, durante a audiência pública realiza-

da na Assembleia Legislativa, ontem pela manhã, para tratar da subconcessão.

O sindicato entende que a licitação deveria ser realizada pela Agespisa e não pela Superintendência de Parcerias e Concessões, ligada ao governo do Estado. Segundo Florentino Sousa, quem tem contrato com a prefeitura de Teresina é a Agespisa para levar água e saneamento básico para os teresinenses.

Na audiência houve ma-

nifestações dos servidores da Agespisa contra a subconcessão dos serviços em Teresina. A maioria das colocações apresentadas pelos presentes citava a ilegalidade da subconcessão da Agespisa, que é alvo de várias ações judiciais, inclusive no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

Técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) contestaram a eficácia do sistema usado na subcon-

cessão da Agespisa. Foi citado alguns vícios, como o da proporcionalidade. No edital não é previsto critérios mínimos para município e a população que será atendida. Os técnicos do TCE consideram que se existe um vício no começo do processo, como no edital, ele se prolongará e irá viciar todo o restante.

O secretário estadual de Administração e Previdência, Franzé Silva, a Supe-

rintendente de Parcerias e Concessões, Viviane Moura, e o um técnico da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas representaram o governo estadual.

O deputado estadual Gustavo Neiva (PSB) afirmou ter preocupação com a legalidade do processo da subconcessão da Agespisa. O trabalho dos técnicos e auditores do TCE será votado pelos conselheiros da Casa na amanhã, quinta-feira. (MR)

Página 5. Editoria de Política

## PREVIDENCIÁRIAS

Moura Alves/ODIA



TCE reuniu gestores de 63 municípios que possuem regime próprio de previdência social

## 80% dos municípios não possuem recursos para pagar as dívidas

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) reuniu nesta terça-feira (07) os gestores de 63 municípios que instituíram o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para discutir sobre a situação financeira dessas prefeituras. De acordo com o levantamento do TCE, prefeituras devem até R\$ 12 milhões ao Regime e a dívida acumulada de todos esses municípios chega a mais de R\$ 50 milhões.

Segundo a conselheira Lilian Martins, que presidiu o encontro, mais de 80% dos RPPS instituídos no Estado estão inviáveis. "Há tempo

de reverter a situação. O que temos hoje é que os gestores desse fundo não têm noção da responsabilidade que eles têm sobre isso. Previdência é precaução, é futuro", declarou.

Lilian Martins ressaltou ainda que um dos fatores que contribuem para a alta inadimplência com o Regime é o fato dos gestores pensarem nos recursos a curto prazo. "Os prefeitos estão sempre pensando nas suas gestões. E o Regime não pode ser pensado para uma gestão. É um projeto de Estado", destacou.

A principal irregularidade constatada pelo TCE para que

haja o déficit nos RPPS está no fato de os municípios recolherem, mas não transferirem a contribuição do servidor ao fundo. "Isso é gravíssimo, não é só desvio de finalidade e o TCE vai tomar as providências cabíveis, levando em consideração a situação individual dos gestores", explicou a Conselheira.

Os prefeitos são os responsáveis pelo recolhimento e repasse das contribuições. Os municípios que não comprovarem a quitação ou parcelamento de suas dívidas junto ao fundo estão sujeitos ao bloqueio de contas.

(Ithyara Borges)

# Audiência analisa subconcessão; Governo confia na aprovação

João Magalhães  
Repórter

Deputados estaduais, técnicos da Agespisa, representantes do Tribunal de Contas, do Governo do Estado, dentre outros personagens, se reuniram na manhã de ontem (07) em audiência pública na Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi) para tratar sobre a proposta de subconcessão dos serviços da Agespisa. Proposta pelo deputado estadual Gustavo Neiva (PSB), a discussão tinha como objetivo embasar a decisão do TCE sobre a legalidade do processo licitatório para subconcessão dos serviços.

Na ocasião, segmentos contrários à proposta do Governo apresentaram dados questionando possíveis vícios na licitação. O principal argumento é o de que a empresa vencedora da licitação, Aegea Saneamento, tenta comprovar a capacidade técnica para gerir o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário da capital, com base na execução dos trabalhos em uma cidade com apenas quatro mil habitantes. "Teresina tem mais de 800 mil habitantes. Qualquer leigo sabe que gerenciar um sistema em Teresina é muito mais complexo que o de uma cidade com quatro mil habitantes. Além disso, tem

a perspectiva de que as taxas cresçam e nossa experiência com PPPs no Piauí não é boa", protestou o deputado Gustavo Neiva.

Além disso, o deputado demonstrou preocupação com o fato de com a subconcessão, a Agespisa perder a arrecadação de Teresina, o que segundo ele, atualmente ajuda a empresa a manter os serviços no interior do Estado. "Deixaremos de arrecadar numa cidade superavitária, que inclusive ajuda a sustentar o abastecimento no interior", pontuou o parlamentar.

O Tribunal de Contas também julga possíveis vícios no processo licitatório que podem ter direcionado o resultado da licitação. O parecer técnico do órgão propõe a anulação do processo. Já o Ministério Público de Contas alega que não é necessária a anulação, mas pede nova reabertura da proposta comercial. O Plenário do Tribunal de Contas julga o processo na próxima quinta-feira (09).

Para a superintendente de Parceria e Concessões do Governo do Estado, Viviane Moura, a audiência gerou a oportunidade de esclarecer alguns pontos junto aos deputados. Com a assessoria da Fundação de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, o governo explicou

as etapas do processo e os dados do estado que embasa a necessidade da subconcessão dos serviços.

"Fizemos uma apresentação técnica, contextualizando os estudos, mostrando a modelagem do projeto, o acompanhamento da licitação. Sabemos que é um processo muito complexo, que mexe com muitos interesses o que acaba gerando conflitos. Mas temos consciência do trabalho feito", pontua Viviane Moura.

O governo argumenta que a subconcessão vai universalizar o abastecimento de água e esgotamento sanitário na capital, porque o contrato prevê que a empresa vencedora invista R\$ 1,8 bilhão no sistema de Teresina. O governo não dispõe de recursos financeiros para arcar com os investimentos e por isso, defende a subconcessão como caminho.

Ainda na audiência, o presidente do Sindicato dos Engenheiros do Piauí, Florentino Neto, anunciou que ingressou ontem (07) com nova denúncia no TCE. Dessa vez, o sindicato entende que a licitação infringe a legislação porque todos os municípios da microrregião de Teresina deveriam ter autorizado o processo. Além disso, o sindicato alega que o Estado não pode subconceder os serviços, porque eles pertencem a Agespisa.

## Lá vem!

Por ser, hoje, a maior licitação do serviço público, no Brasil, a disputa pela subconcessão dos serviços da Agespisa já despertou interesse da grande mídia nacional. Tem jornalistas, inclusive da

Veja, reservando passagem aérea para amanhecer amanhã em Teresina para assistir à sessão do TCE.

Coluna Arimatéia Azevedo. Página 4

INVESTIMENTOS

# PPP oferece melhores condições de atendimento à população

**O Estado, sobretudo a capital, Teresina, tem aguardado o início de uma PPP nos serviços de água e esgoto**

No final do ano passado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou que 18 estados formalizaram a decisão de aderir ao programa de concessão de companhias de água e esgoto, dentre eles, o Piauí. O programa pretende promover a entrada da participação privada nas empresas operadoras dos Estados, como forma de garantir, de maneira rápida, investimentos que levem à universalização do saneamento.

O Estado, sobretudo a capital, Teresina, tem aguardado o início de uma Parceria Público-Privada nos serviços de água e esgoto, através de uma subconcessão da Agespisa com uma empresa privada, que irá garantir investimento de R\$ 1,7 bilhão no decorrer do contrato. O processo está parado e a licitação está sob análise do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), que autorizou o Estado a fazer a homologação da contratação, que deverá ser decidida pelo órgão.

Segundo o presidente do Instituto de Águas do Piauí, Herbert Buenos Aires, atualmente a Agespisa faz a gestão do sistema de água e esgotamento sanitário em 168 municípios. Ele explica que o Governo do Estado trabalha para universalizar o serviço de saneamento básico.

"Visamos universalizar o serviço de esgotamento sanitário até o ano de 2031, sendo que até o ano de 2026 Teresina deverá estar com 80% de rede de esgotamento sanitário. Mas, como houve um atraso nesse processo, é possível que essa meta caminhe mais um ano", diz.

De acordo com Herbert Buenos Aires, o planejamento que está sendo feito é no sentido de caminhar para a universalização, prevista no Plano Nacional de Saneamento. E, como o Piauí está no grupo que precisa universalizar água e esgoto até o ano de 2031, de acordo com o presidente do Instituto de Águas do Piauí, não será possível cumprir o prazo caso não comece a implantar o serviço o quanto antes.

Estima-se que para a universalização do saneamento apenas em Teresina será necessário investimento na ordem de R\$ 1,7 bilhão.

Caderno Em Dia. Editoria Piauí. Página 6

# TCE faz alerta e orienta prefeitos sobre regime de Previdência Social



Imprimir



Roberta Aline/Cidadeverde.com

Representantes dos 63 municípios que possuem Regime de Previdência Social no Estado participaram de encontro no Tribunal de Contas do Piauí nesta terça-feira (7) que discutiu a inadimplência das prefeituras quanto aos repasses dos recursos para o Fundo Municipal de Previdência.

A conselheira presidente da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle do RPPS, conselheira Lilian Martins, destacou que 80% das cidades que têm o regime possuem altas dívidas.

## Confira também

[TCE ameaça intervenção em 30 prefeituras](#)

Ela explicou que uma das prioridades do TCE-PI em 2017 será orientar os gestores a como procederem corretamente para repassarem os valores devidos aos fundos.

#### inadimplentes do Piauí

TCE: Agespisa denuncia 36 cidades inadimplentes; confira a lista

Juiz derruba liminar e autoriza corte de energia em prefeituras do Piauí

Fundo de participação dos municípios deve ter queda superior a 20%; veja

"A intenção do TCE não é punir, mas orientar. Por isso estamos fazendo esse encontro, para mostrar a importância da responsabilização das prefeituras, mas também dizendo que sofrerão sanções caso não cumpram a lei. É preciso ter o cuidado necessário com regimes próprios nos municípios é isso não pode ser deixado de lado", destacou a conselheira.

Há municípios que possuem o regime há mais de dez anos.

Campo Maior possui uma dívida hoje de quase R\$ 12 milhões, Piriipiri de mais de R\$ 10 milhões, Altos, de mais de R\$ 8 milhões e Floriano de cerca de R\$ 2 milhões.

Os municípios de Ribeiro Gonçalves e e Baixa Grande do Ribeiro são dos poucos que estão adimplentes e recolhem os valores do fundo todo mês. O restante, quase a maioria, tem débito acima de R\$ 200 mil.

O TCE-PI orienta que a partir desse ano, os gestores têm que fazer o parcelamento, pagar e comprovar a quitação sob pena de multa, bloqueio e reprovação das contas. Tudo isso é regulamentado por uma resolução de novembro de 2016, do Tribunal.

O fundo municipal previdenciário serve para pagar a aposentadoria dos próprios servidores e deve ser recolhido todo mês. A prefeita de Angical, Maria Neta, destacou que o seu município luta para ficar em dia.

"Fizemos o parcelamento em três meses e estamos recolhendo para o fundo, os valores que são repassados pelos servidores", afirmou.

A prefeita contou que atualmente o regime próprio da cidade tem 40 aposentados, quatro pensionistas e várias licenças que já são pagas mensalmente. "Hoje o Fundo tem em caixa cerca de R\$ 3 milhões. Não é muito, mas estamos conseguindo cumprir com a nossa responsabilidade", garantiu.

O gestor do Fundo em Piriipiri, Gilberto Carvalho, cujo regime de previdência já está há sete anos em vigor, destacou que a dívida deixada pelo gestor anterior está ultrapassando R\$ 1 milhão.

"A dívida total que temos parcelada é de R\$ 10.750 milhões, deixada pelo prefeito anterior. Sabemos da importância de regularizar a situação e estamos fazendo de tudo, mesmo com um município que já se encontra em crise", disse.

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/242833/tce-faz-alerta-e-orienta-prefeitos-sobre-regime-de-previdencia-social>



# Audiência na Alepi discute processo de licitação da Agespisa



Imprimir



## Confira também

[Auditores do TCE recomendam ajustes no ato de subconcessão da Agespisa](#)

[Edital de licitação da subconcessão da Agespisa será lançado em janeiro](#)

[Edital para subconcessão da Agespisa será lançado este mês](#)

[Agespisa: Edital de subconcessão será lançado dia 20 de dezembro](#)

Uma audiência pública foi realizada na manhã desta terça-feira (07), na Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), para discutir o processo licitatório da subconcessão da Agespisa. O proponente da audiência, o deputado Gustavo Neiva, disse que a audiência busca esclarecer para todos, incluindo os próprios parlamentares, a situação atual do processo licitatório.

Ele afirmou que é preciso averiguar a fundo todo o processo que envolve a criação do Instituto de Água para que seja analisada a real viabilidade da sua execução. "É preciso analisar, por exemplo, o fato de que a empresa que ganhou a licitação está oferecendo R\$ 21 milhões a menos do que a segunda colocada. Além disso, a empresa que ganhou, a AEGEA, está com R\$ 18 milhões bloqueados em conta por irregularidades na prestação de serviço similares em outro estado, que é em São Paulo. Então, é preciso saber se essa empresa poderá desempenhar esse trabalho no Piauí".

"O fato é que no ano passado o governador tomou a decisão de fazer uma Parceria Público-Privada alegando que o Estado não tinha condições de financiar e arcar com toda a demanda da Agespisa, principalmente em Teresina. Então, teve início todo o processo de licitação, que teve até denúncia no TCE-PI, que determinou, de maneira cautelosa, que o governo não contratasse a vencedora até o final da investigação", disse Gustavo Neiva.

O deputado disse ainda que a situação chamou a sua atenção e, por isso, decidiu propor a audiência. Para ele, todo esse processo precisa ser o mais transparente possível.

“Nós estamos entregando um ‘filé’ pra iniciativa privada. Nós temos que ter muito cuidado. Fazer todo esse processo da maneira mais transparente e aberta possível, e que todos participem desse debate”.

### **Anulação do processo**

O presidente do Sindicato dos Engenheiros do Piauí, o engenheiro Florentino Filho, declarou a ação é uma tentativa de privatização do Governo do Estado, pois preferiu não aceitar os R\$ 60 milhões que o Ministério da Cidade oferece para projetos de governo relacionados a distribuição de água e saneamento, preferindo apostar na subconcessão, que vai custar R\$ 1 milhão ao erário público.

Florentino destacou que Teresina possui 97,05% de cobertura de água e 21,17% de esgoto. Os números da distribuição da água não representam qualidade de prestação de serviço. Além disso, após o término de obras no setor somente 43% dos atendimentos em água e esgotamento funcionam no Piauí.

“O investimento em saneamento tem que ser feita pelo Estado, e quem tinha que fazer o projeto era a Agespisa e não a Suparc (Superintendência de Parcerias e Concessões). Então, estamos pedindo a anulação desse contrato”, ressaltou Florentino Filho.

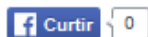
*Flash Lyza Freitas*  
*Da Redação Carlienne Carpasso*  
*redação@cidadeverde.com*

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/242847/audiencia-na-alepi-discute-processo-de-licitacao-da-agespisa>

# TCE-PI alerta gestores sobre regularização do Regime Próprio de Previdência

TCE-PI alerta gestores sobre regularização do Regime Próprio de Previdência Social

08/03/2017 09:31h



O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) alertou nesta terça-feira (7) os prefeitos e gestores dos fundos previdenciários dos 63 municípios piauienses que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para a necessidade urgente de fazerem o parcelamento das dívidas dos sistemas previdenciários e adotarem outras medidas para regularizarem os recolhimentos e os repasses da previdência nos municípios.

O alerta foi dado pela Comissão Permanente de Fiscalização e Controle do RPPS, durante reunião realizada na Escola de Gestão e Controle (EGC). O encontro reuniu 47 prefeitos e os gestores dos fundos previdenciários dos 63 municípios que têm o RPPS. A presidente da Comissão do RPPS, conselheira Lillian Martins, destacou que 80% dos municípios com RPPS têm dívidas que ameaçam inviabilizar o regime próprio de previdência.

Há municípios, como Floriano, que devem mais de R\$ 11 milhões. Piri-piri acumula débitos de R\$ 10,750 milhões; Campo Maior e Altos devem mais de R\$ 8 milhões, cada. "São dívidas altíssimas que comprometem seriamente a gestão do RPPS nos municípios. Mas há alternativas, e estamos aqui para discutir e ajudar os prefeitos e gestores a buscar essas saídas e garantir a viabilidade dos sistemas previdenciários, para que os servidores aposentados recebam seus proventos como de direito", explicou Lillian Martins.

Ela explicou que o encontro objetivou orientar os gestores a procederem corretamente para repassarem os valores devidos aos fundos. "A intenção do TCE-PI não é punir, mas orientar. Por isso estamos fazendo esse encontro, para informar sobre as novas regras e mostrar a importância da responsabilização dos gestores, mas também dizendo que sofrerão sanções caso não cumpram a lei", reforçou.

Ela lembrou que os municípios têm de informar ao TCE-PI os parcelamentos e o recolhimento regular dos repasses previdenciários dos servidores, conforme determina a resolução 27/2016. O descumprimento da medida sujeita os gestores a multa, bloqueio das contas e outras penalidades. O evento contou com palestras dos auditores de controle externo Alex Sertão, Girlene Ferreira e Antonio Henrique.

O presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo, disse na abertura que a reunião faz parte das iniciativas do Tribunal para fortalecer a ação preventiva junto às prefeituras. "Queremos colocar à disposição dos gestores a orientação técnica necessária para que possam promover a boa gestão", explicou.

Participaram o presidente da Associação Piauiense de Municípios (APPM), Gil Carlos, prefeito de São João do Piauí; o vice-presidente da entidade, Jonas Moura, prefeito de Água Branca; e o presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Parnaíba (Ampar), Júnior Carvalho, prefeito de Demerval Lobão. Jonas Moura destacou que a reunião foi importante porque esclareceu sobre as regras do RPPS e orientou sobre os parcelamentos das dívidas e recolhimento das contribuições.

Link: <http://www.portalodia.com/noticias/piaui/tce-pi-alerta-gestores-sobre-regularizacao-do-regime-proprio-de-previdencia-294846.html>

## TCE-PI alerta gestores sobre regularização do Regime Próprio de Previdência Social

80% dos municípios com RPPS têm dívidas que ameaçam inviabilizar o regime próprio de previdência

 Curtir  Compartilhar  1  Tweet  G+  0  Compartilhar  



O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) alertou nesta terça-feira (7) os prefeitos e gestores dos fundos previdenciários dos 63 municípios piauienses que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para a necessidade urgente de fazerem o parcelamento das dívidas dos sistemas previdenciários e adotarem outras medidas para regularizarem os recolhimentos e os repasses da previdência nos municípios.



O alerta foi dado pela Comissão Permanente de Fiscalização e Controle

do RPPS, durante reunião realizada na Escola de Gestão e Controle (EGC). O encontro reuniu 47 prefeitos e os gestores dos fundos previdenciários dos 63 municípios que têm o RPPS. A presidente da Comissão do RPPS, conselheira Lilian Martins, destacou que 80% dos municípios com RPPS têm dívidas que ameaçam inviabilizar o regime próprio de previdência.

Há municípios, como Floriano, que devem mais de R\$ 11 milhões. Piri-piri acumula débitos de R\$ 10 milhões; Campo Maior e Altos devem mais de R\$ 8 milhões, cada. “São dívidas altíssimas que comprometem seriamente a gestão do RPPS nos municípios. Mas há alternativas, e estamos aqui para discutir e ajudar os prefeitos e gestores a buscar essas saídas e garantir a viabilidade dos sistemas previdenciários, para que os servidores aposentados recebam seus proventos como de direito”, explicou Lilian Martins.



Ela explicou que o encontro objetivou orientar os gestores a procederem corretamente para repassarem os valores devidos aos fundos. "A intenção do TCE-PI não é punir, mas orientar. Por isso estamos fazendo esse encontro, para informar sobre as novas regras e mostrar a importância da responsabilização dos gestores, mas também dizendo que sofrerão sanções caso não cumpram a lei", reforçou.

Ela lembrou que os municípios têm de informar ao TCE-PI os parcelamentos e o recolhimento regular dos repasses previdenciários dos servidores, conforme determina a resolução 27/2016. O descumprimento da medida sujeita os gestores a multa, bloqueio das contas e outras penalidades. O [evento](#) contou com palestras dos auditores de controle externo AlexSertão, Gírlene Ferreira e Antonio Henrique.

O presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo, disse na abertura que a reunião faz parte das iniciativas do Tribunal para fortalecer a ação preventiva junto às prefeituras. "Queremos colocar à disposição dos gestores a orientação técnica necessária para que possam promover a boa gestão", explicou.

Participaram o presidente da Associação Piauiense de Municípios (APPM), Gil Carlos, prefeito de São João do Piauí; o vice-presidente da entidade, Jonas Moura, prefeito de Água Branca; e o presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Parnaíba (Ampar), Júnior Carvalho, prefeito de Demerval Lobão. Jonas Moura destacou que a reunião foi importante porque esclareceu sobre as regras do RPPS e orientou sobre os parcelamentos das dívidas e recolhimento das contribuições.

Fonte: AsCom/TCE

Link: <http://180graus.com/politica/tcepi-alerta-gestores-sobre-regularizacao-do-regime-proprio-de-previdencia-social>

## TCE contesta eficácia de sistema usado na subconcessão da Agespisa



Entre as dúvidas levantadas pelo deputado Gustavo Neiva (PSB) sobre o processo licitatório de subconcessão dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico da Agespisa, que foi alvo de debate na sessão ordinária de hoje (7), foi questionado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) se a utilização do SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento seria a melhor opção para mensurar os índices de perdas e se a Lei das Licitações 8.666 pode ser aplicada nesses casos de concessões.

“Gostaria de ouvir dos técnicos do TCE a opinião sobre utilizar os dados oficiais, que tanto foi citado pelo Florentino, para mensurar os índices de perdas e a possibilidade de estender essas diligências para todos os participantes e se podemos utilizar a lei das Licitações nesses casos”, questiona Gustavo Neiva.

O auditor do TCE, Henrique Maggi, afirma que a utilização do SNIS pode gerar alguns conflitos, uma vez que as questões das perdas envolvem estudos mais aprofundados e que devem ser feitos caso a caso e não de forma generalizada. “Perdas em questões de abastecimento de água é um tema extremamente complexo, tenho ressalvas quanto aos índices de perdas, a radiografia e a forma mais correta de mensurar seria o balanço hídrico”, explica.

Quanto a utilização da Lei 8.666, o Dr. Bruno Camargo explica que esta é uma lei geral de licitação aplicada por diversos processos com modalidades específicas e que a Lei das Concessões nº 8487/95 aplica-se subsidiariamente à Lei das Licitações, ou seja, o que não for disciplinado por esta, a Lei das Concessões irá contemplar.

Bruno Camargo voltou a falar sobre alguns vícios, entre eles o da proporcionalidade, pois no edital não prever critérios mínimos para municípios e população atendida. “Entendemos que se há um vício no início do processo, como no edital, este se estenderá e viciará todo o restante”, disse.

Ao ouvir as explicações, o deputado Gustavo Neiva mais uma vez externou a sua preocupação quanto a legalidade do processo.

Link: [http://www.alepi.pi.gov.br/noticiasConteudo\\_inc.php?idNoticia=5780](http://www.alepi.pi.gov.br/noticiasConteudo_inc.php?idNoticia=5780)

# TCE contesta eficácia de sistema usado na subconcessão da Agespisa

O auditor do TCE, Henrique Maggi, afirma que a utilização do SNIS pode gerar alguns conflitos

Da Redação do Portal AZ | 7 de Março de 2017, 16:03



Entre as dúvidas levantadas pelo deputado Gustavo Neiva (PSB) sobre o processo licitatório de subconcessão dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico da Agespisa, que foi alvo de debate na sessão ordinária de hoje (7), foi questionado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) se a utilização do SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento seria a melhor opção para mensurar os índices de perdas e se a Lei das Licitações 8.666 pode ser aplicada nesses casos de concessões.



“Gostaria de ouvir dos técnicos do TCE a opinião sobre utilizar os dados oficiais, que tanto foi citado pelo Florentino, para mensurar os índices de perdas e a possibilidade de estender essas diligências para todos os participantes e se podemos utilizar a lei das Licitações nesses casos”, questiona Gustavo Neiva.

O auditor do TCE, Henrique Maggi, afirma que a utilização do SNIS pode gerar alguns conflitos, uma vez que as questões das perdas envolvem estudos mais aprofundados e que devem ser feitos caso a caso e não de forma generalizada. "Perdas em questões de abastecimento de água é um tema extremamente complexo, tenho ressalvas quanto aos índices de perdas, a radiografia e a forma mais correta de mensurar seria o balanço hídrico", explica.

Quanto a utilização da Lei 8.666, o Dr. Bruno Camargo explica que esta é uma lei geral de licitação aplicada por diversos processos com modalidades específicas e que a Lei das Concessões nº 8487/95 aplica-se subsidiariamente à Lei das Licitações, ou seja, o que não for disciplinado por esta, a Lei das Concessões irá contemplar.

Bruno Camargo voltou a falar sobre alguns vícios, entre eles o da proporcionalidade, pois no edital não prevê critérios mínimos para municípios e população atendida. "Entendemos que se há um vício no início do processo, como no edital, este se estenderá e viciará todo o restante", disse.

Ao ouvir as explicações, o deputado Gustavo Neiva mais uma vez externou a sua preocupação quanto a legalidade do processo.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/politica-local/391439/tce-contesta-eficacia-de-sistema-usado-na-subconcessao-da-agespisa>

---

## TCE marca para quinta-feira a sessão de julgamento da subconcessão da Agespisa

Subconcessão foi discutida hoje na Alepi

---

Da Redação do Portal AZ | 7 de Março de 2017, 17:26



O Tribunal de Contas do Estado deve apreciar na próxima quinta-feira (09) o parecer do conselheiro Kennedy Barros, relator do processo que trata da subconcessão dos serviços da Agespisa.





O resultado do relatório, divulgado com exclusividade pelo **Portal AZ**, foi entregue no início do mês de fevereiro ao conselheiro Kennedy Barros. O documento é a primeira parte da análise do TCE-PI do processo de subconcessão dos serviços da Agespisa, ele foi encaminhado ao Ministério Público de Contas (MPC), para dar parecer sobre a matéria. Em seguida, o relator firmará seu posicionamento e colocará em votação em plenário, quando as empresas interessadas e o Governo do Estado poderão se manifestar.

O conselheiro Kennedy Barros afirmou na época que o relatório apresenta questionamentos sobre o processo e recomenda procedimentos que julga necessário serem adotados. Ele observou, porém, que não se trata de material conclusivo.

A licitação foi vencida pela empresa Aegea Saneamento. Diante da denúncia, o relator Kennedy Barros determinou ao Governo do Estado se abster de homologar o resultado da licitação. Posteriormente, ainda em dezembro, o Pleno do TCE-PI decidiu autorizar o Governo a homologar a licitação, mas sem proceder à assinatura do contrato com a empresa vencedora, até que o processo seja levado ao plenário para julgamento.

### **Audiência pública**

Uma audiência pública para debater a subconcessão dos serviços foi realizada esta manhã (07) na Assembleia Legislativa e contou com a presença de dezenas de servidores da Agespisa. O secretário de Administração Franzé Silva, a superintendente de Parcerias e Concessões, Viviane Moura, o presidente da Arsete, coronel Edvaldo Marques e o presidente do Sindicato dos Engenheiros do Piauí, Florentino Sousa também estiveram presentes.



Presidente da Alepi, deputado Themístocles Filho

Na ocasião, ao falar sobre o seu requerimento, o deputado Gustavo Neiva disse que pediu a realização da audiência com o objetivo de acabar as dúvidas em relação à licitação realizada pelo Governo do Estado para a subconcessão dos serviços da Agespisa e que teve como vencedora a empresa Aegea. Ele disse que a audiência serviria para fornecer subsídios ao TCE que está analisando se a escolha da Aegea foi correta, já que uma das empresas concorrentes recorreu do resultado da licitação.

Gustavo Neiva afirmou que a Aegea teve seus bens bloqueados pela Justiça em São Paulo, "por isso essa licitação precisa ser amplamente debatida e uma decisão final tomada com muita cautela". O secretário Franzé Silva disse que a subconcessão é necessária porque o Estado não dispõe de recursos para solucionar os problemas financeiros da Agespisa, que tem débitos acima de R\$ 1 bilhão, prejudicando os serviços de abastecimento de água e esgotos que devem ser prestados à população.

#### **Relatório aponta novo vencedor**

O relatório da Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de engenharia do Tribunal de Contas do Estado aparentemente, recomenda a suspensão dos atestados técnicos, indicando alteração no resultado final da licitação em que saiu vencedora a Aegea.

Caso o Tribunal Pleno do TCE aceite o parecer a segunda colocada no certame, Águas do Brasil deverá ser considerada a vencedora do processo licitatório.

A análise da denúncia apresentada pelo grupo Águas do Brasil finalizada no dia seis de fevereiro indica que é "prudente que haja nova apreciação das razões recurso acerca do Resultado da Proposta Técnica". Para os técnicos há incompatibilidade no atestado do município de Santa Carmem apresentado pela Aegea.



Ageespisa

“Um atestado técnico para um sistema que atende cerca de 4 mil habitantes (0,5% da população de Teresina) se presta para avaliação de qualquer tipo de parâmetro exigido na proposta técnica?”, indaga.

Os técnicos dão como exemplo: “Uma empresa pode edificar uma casa. Mas ela estará apta para, em termos de gestão e de coordenação de pessoal e equipamentos (logística) a executar um loteamento com cinco mil casas?... a quantidade medida na construção de uma casa seria a mesma para a construção de cinco mil casas?”

Ainda no relatório os técnicos concluem que o atestado referente ao Município de Santa Carmem, apresentado pela empresa vencedora, seja desconsiderado para fins de pontuação técnica por não possuir correlação com o objeto da subconcessão e não apresentar a vantagem técnica buscada na licitação.

O relatório, de 27 laudas, está disponibilizado no site do Tribunal de Contas do Estado e foi encaminhado para parecer do Ministério Público de Contas.

### **Entenda o caso**

De acordo com a denúncia apresentada pelo Grupo Águas do Brasil ao Tribunal de Contas do Estado, o edital para a subconcessão na Ageespisa pedia a apresentação de um atestado técnico que comprovasse a experiência da licitante na gestão e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água com nível de perda global de água igual ou menor a 25%.

Segundo o edital, o critério seria avaliado por meio da apresentação de "atestado técnico". A Águas do Brasil, apresentou o relatório referente ao município de Petrópolis no Rio de Janeiro, onde opera. Mas a Comissão não o levou em conta preferindo as informações contidas no Serviço Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), onde as perdas do referido município chegam a 32,01%.

A irregularidade, segundo o diretor João Luiz Siqueira Queiroz, teria acontecido nesse critério, já que para as demais, (Consórcio Poti e Aegea), a comissão utilizou apenas o atestado de perdas fornecidos pelas licitantes.

Pela mesma metodologia empregada pela Comissão, com base no SNIS, para chegar ao indicador a que chegou para Petrópolis (32,01%), a Comissão chegaria, respectivamente, aos indicadores de perda de 28,48% para o atestado de Campo Grande (Aegea) e 31,61% para o atestado de Santa Carmém. Todas com perdas superiores aos 25% pedidos no edital. Para o diretor da Águas do Brasil a comissão aplicou 'dois pesos e duas medidas' no critério de julgamento.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/391422/tce-marca-para-quinta-feira-a-sessao-de-julgamento-da-subconcessao-da-agespisa>

## Nova denúncia no TCE aponta que subconcessão descumpra Adin do STF

A denúncia aponta que a licitação infringe leis municipais, estaduais e decisões do Supremo Tribunal Federal

Da Redação do Portal AZ | 8 de Março de 2017, 08:08



O Sindicato dos Engenheiros do Piauí (Senge) ingressou ontem (07) com denúncia no Tribunal de Contas do Estado (TCE) para suspender a licitação que pretende subconceder os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Agespisa para uma empresa privada.

A denúncia aponta que a licitação infringe leis municipais, estaduais e decisões do Supremo Tribunal Federal. Segundo o presidente do Senge, engenheiro Antonio Florentino Filho, o Supremo Tribunal Federal decidiu na Adin 1842/RJ que as deliberações que digam respeito à determinada microrregião não podem ser discutidas, de forma unilateral, por um único ente.



“Assim, como a autorização municipal de subconcessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Teresina não foi analisada previamente pelo Conselho de Desenvolvimento da Microrregião de Teresina, a subconcessão não poderia ocorrer baseada apenas numa lei autorizativa da Prefeitura de Teresina. Todos os municípios deveriam ter autorizado”, afirmou o engenheiro.

Outra ilegalidade apontada na denúncia se refere ao fato de que a subconcessão e/ou concessão, nos termos da Lei Municipal nº 4.837/2015, foi dada apenas ao Estado do Piauí e sem a devida participação da Agespisa, sendo que esta possui contrato, com exclusividade, de concessão dos Serviços de Águas e Esgotos pelo prazo de 35 anos, firmado em 2012 com a Prefeitura de Teresina.

“Se a Agespisa tem exclusividade da concessão dos serviços de Águas e Esgotos de Teresina pelo prazo de 35 anos, a autorização de subconcessão trazida no art. 1º da Lei Municipal deveria ter sido dada à Agespisa e não ao Estado do Piauí, já que este sequer é parte no Contrato Programa 03/2012, tendo figurado apenas no Convênio 10/2011. Se o Estado do Piauí não participa da concessão trazida no Contrato Programa nº 03/2012, inclusive previamente aprovado pela Câmara dos Vereadores de Teresina, não pode o Estado do Piauí, de forma isolada, ser autorizado a subconceder um serviço que sequer tinha a concessão”, critica o presidente do Sindicato dos Engenheiros.

Por fim, a denúncia requer que sejam confirmadas as ilegalidades apontadas, determinando que o Estado do Piauí se abstenha de fazer qualquer subconcessão e/ou concessão dos Serviços de Águas e Esgotos de Teresina, seja para empresa privada, seja para o Instituto de Águas, até que à Agespisa receba autorização por lei do Município de Teresina e com prévia aprovação do Conselho de Desenvolvimento da Microrregião de Teresina, formados por todos os integrantes dos Municípios que compõe a região metropolitana de Teresina.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/391457/nova-denuncia-no-tce-aponta-que-subconcessao-descumpre-adin-do-stf>

## TCE-PI julga processo da subconcessão nesta quinta (09)

Por: Rodrigo Antunes Enviada em: 07/03/2017



Processo será julgado pelo plenário da corte de contas do estado. Parecer do procurador pede nova apresentação de preços das empresas.



Tribunal de Contas do Estado. TCE-PI

Está na pauta de julgamento do plenário do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para esta quinta-feira (09) o processo sobre a subconcessão dos serviços de abastecimento de água e esgoto de Teresina. A denúncia é da empresa Águas do Brasil, e foi tema de audiência pública na manhã de hoje na Assembleia Legislativa. No parecer do Procurador Geral do Ministério Público, Plínio Valente Ramos Neto, as empresas **devem apresentar novamente os preços**, já que os erros encontrados não seriam suficientes para

anular todo o processo.

Link: <http://www.45graus.com.br/giro-45/tce-pi-julga-processo-da-subconcessao-nesta-quinta-09>

## **Sindicato pede nulidade da licitação da Agespisa**

Técnicos do TCE contestaram a eficácia do sistema usado na subconcessão.

**Autor: Marcelo Rocha**

O sindicato dos Engenheiros do Piauí ingressou com uma denúncia no Tribunal de Contas do Estado (TCE) para anular a licitação da subconcessão dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa) na zona urbana de Teresina. A informação foi dada pelo presidente do sindicato da categoria, engenheiro Florentino Sousa, durante a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa, ontem pela manhã, para tratar da subconcessão.

O sindicato entende que a licitação deveria ser realizada pela Agespisa e não pela Superintendência de Parcerias e Concessões, ligada ao governo do Estado. Segundo Florentino Sousa, quem tem contrato com a prefeitura de Teresina é a Agespisa para levar água e saneamento básico para os teresinenses.

Na audiência houve manifestações dos servidores da Agespisa contra a subconcessão dos serviços em Teresina. A maioria das colocações apresentadas pelos presentes citava a ilegalidade da subconcessão da Agespisa, que é alvo de várias ações judiciais, inclusive no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

Técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) contestaram a eficácia do sistema usado na subconcessão da Agespisa. Foi citado alguns vícios, como o da proporcionalidade. No edital não é previsto critérios mínimos para município e a população que será atendida. Os técnicos do TCE consideram que se existe um vício no começo do processo, como no edital, ele se prolongará e irá viciar todo o restante.

O secretário estadual de Administração e Previdência, Franzé Silva, a Superintendente de Parcerias e Concessões, Viviane Moura, e o um técnico da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas representaram o governo estadual.

O deputado estadual Gustavo Neiva (PSB) afirmou ter preocupação com a legalidade do processo da subconcessão da Agespisa. O trabalho dos técnicos e auditores do TCE será votado pelos conselheiros da Casa na amanhã, quinta-feira.

### **Servidores da Agespisa temem demissão em massa após subconcessão**

O presidente do Sindicato dos Urbanitários do Piauí, Paulo Sampaio, afirmou que o processo de "privatização" tem causado sofrimento aos servidores da Agespisa, que temem o desmonte da empresa e demissões em massa.

Sampaio lamentou a divulgação desautorizada dos valores recebidos no contracheque pelos funcionários, como esses fossem responsáveis pela insolvência da Agespisa.


O sindicalista afirmou que a posição de todos é contrária à subconcessão, que ele considera uma "privatização" disfarçada. "Não queremos entregar Teresina, o filé mignon da Agespisa, à iniciativa privada, justamente quando a capital registra um enorme crescimento vertical, quando está quase tudo pronto e sem que essa empresa tenha aberto uma vala", finalizou.


# Ex-prefeito contesta decreto de emergência em Prata do Piauí


O ex-gestor pediu que o TCE faça auditoria no município, “com o fim de buscar os reais motivos para a publicação da ordem emergencial.


RAYANE TRAJANO

07/03/2017 © 14h34 - atualizado © 14h35

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O ex-prefeito da cidade de Prata do Piauí, Antônio Parambú, protocolou uma representação no Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), no dia 21 de fevereiro, onde contesta o decreto de emergência assinado pelo atual prefeito Willhelm Barbosa Lima, o Neguim Barbosa, nos primeiros dias de mandato. O relator será o conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros.

De acordo com o relatado, o ex-prefeito “entregou a Prefeitura organizada, com todos os salários do ano de 2016 e 13º salário devidamente pagos” e “a gestão municipal com dinheiro em caixa e com todas as obras concluídas”. O ex-prefeito anexou documentos com folhas de pagamento e fotos de obras como escolas e praças.

O ex-gestor pediu que o TCE faça auditoria no município, “com o fim de buscar os reais motivos para a publicação da ordem emergencial em questão, evitando assim condutas ilícitas por parte do atual gestor”.

## Outros atos

No dia 02 de janeiro, o prefeito Willhelm Barbosa nomeou **Nilo do Espírito Santo Costa Filho** para o cargo de secretário de Administração do município. Ele é um estelionatário condenado pela Justiça Federal no ano de 2015. Ele também foi condenado por fraude no Sistema Financeiro Nacional.